

AGENDA COMUM

**DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Governador: Jarbas de Andrade Vasconcelos

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE – SECTMA

Secretário: Cláudio José Marinho Lúcio

Sec. Adjunta: Alexandrina Sobreira de Moura

COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE – CPRH

Presidente: Edrise Aires Fragoso

DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL

Diretor: Geraldo Miranda Cavalcante

DIRETORIA DE RECURSOS HÍDRICOS E FLORESTAIS

Diretor: Aldir Pitt Mesquita Pimentel

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Diretor: Hubert Hirschle Filho

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO

Diretora: Berenice Vilanova de Andrade Lima

GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – GEA

Gerente: Ana Lúcia Carneiro Leão

AGENDA COMUM

**DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

PUBLICAÇÕES
CPRH Agência
Estadual de
Meio Ambiente

Recife, 2001

Copyright © 2001 by CPRH

É permitida a reprodução parcial da presente obra, desde que citada a fonte.

Conselho Editorial:

Evângela Azevedo de Andrade
Maria Madalena Barbosa de Albuquerque
Francicleide Palhano de Oliveira

Equipe Técnica:

Ana Lúcia Carneiro Leão, Ângela Maria Cirilo, Carlos Alberto Campos Falcão,
Lúcia Maria Alves e Silva, Maria Etiene Alves Viana, Maria Tereza Brandão

Revisão:

Francicleide Palhano de Oliveira
Maria Madalena Barbosa de Albuquerque

Produção Executiva:

Assessoria de Comunicação Social da CPRH

Projeto Gráfico e Editorial: Bip Comunicação e Arte

Capa: Clériston

Arte e editoração: 2&tal Comunicação e Imagem

Publicação editada com recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente–FEMA

IMPRESSO NO BRASIL

Z66a AGENDA COMUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DE
PERNAMBUCO. Recife: CPRH, 2001. 35p.

I. Agenda Comum 2. Educação Ambiental 3. CPRH. I. Título.

Direitos desta edição reservados à
COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE – CPRH
Rua Santana, 367, Casa Forte CEP: 52060-460 Recife – PE
Fone: (81) 32671800 FAX: (81) 34416088

www.cprh.pe.gov.br
cprhacs@fisepe.pe.gov.br

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS DAS INSTITUIÇÕES	06
PREFÁCIO	07
APRESENTAÇÃO	09
INTRODUÇÃO - DE ONDE PARTIMOS?	11
1 PAINEL DE REFLEXÕES COLETIVAS EM PLENÁRIA	13
1.1 PONTOS DESTACADOS	13
1.2 DESAFIOS E DILEMAS POLÍTICOS DAS LUTAS E MOVIMENTOS AMBIENTAIS	13
1.3 GESTÃO AMBIENTAL	14
2 PRINCÍPIOS NORTEADORES	14
3 ASPECTOS GERENCIAIS DA AGENDA COMUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO	14
3.1 CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS PROJETOS A SEREM INCLUÍDOS NA AGENDA COMUM	14
3.2 ASPECTOS OPERACIONAIS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS	15
3.3 PAINEL DAS LINHAS DE AÇÃO DA AGENDA COMUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PERNAMBUCO	16
4 OBJETIVOS DA AGENDA COMUM	16
5 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA	17
6 FUTUROS PASSOS	18
7 PRIORIZAÇÃO DOS PROJETOS PARA A AGENDA COMUM – 1ª PAUTA 2001	20
8 PAINEL DO CRONOGRAMA DAS MACRO ATIVIDADES	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

ABREVIATURAS E SIGLAS DAS INSTITUIÇÕES

ASPAN – ASSOCIAÇÃO PERNAMBUCANA EM DEFESA DA NATUREZA

CEFET – CENTRO FEDERAL DE ENSINO TECNOLÓGICO

ECOS – ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICO SOCIAL

EMLURB – EMPRESA DE LIMPEZA URBANA DA CIDADE DE RECIFE

FCAP – FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DA UPE

FFPNM – FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE NAZARETH DA MATA/UPE

FJN – FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

IEH – INSTITUTO DE ECOLOGIA HUMANA

PCR – PREFEITURA DA CIDADE DE RECIFE

PMO – PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AOS PEQUENOS E MÉDIOS EMPRESÁRIOS

SECTMA – SECRETARIA DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE DE PERNAMBUCO

SEE – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO

SEIN – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

SENAI – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

SNE – SOCIEDADE NORDESTINA DE ECOLOGIA

SSE – SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO

UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

UPE – UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

PREFÁCIO

A Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente – Sectma, em conjunto com a Companhia Pernambucana de Meio Ambiente- CPRH, coordenou a criação da Agenda Comum de Educação Ambiental do Estado de Pernambuco. Esta iniciativa pioneira irá garantir ações integradas de educação ambiental em todas as regiões do Estado, coadunadas com os princípios do desenvolvimento sustentável. A Agenda Comum vem somar esforços com outras medidas de políticas públicas a exemplo da Agenda 21 do Estado de Pernambuco, lançada neste ano 2001, pela Sectma que tem como princípios e diretrizes a integração de estratégias de ações voltadas para a sustentabilidade dos recursos sócioambientais em Pernambuco.

O processo de construção da Agenda Comum teve início em Agosto de 2000, com a realização da 1ª Oficina de Educação como instrumento de Planejamento e Gestão Ambiental, em Gravatá, município da região do Agreste do Estado. As estratégias propostas pelos participantes da Oficina encontram-se descritas no bojo deste documento, que pretende ser o norteador e um dos referenciais para o exercício da educação ambiental em Pernambuco.

A continuidade do processo tem gerado produtos inovadores na prática da educação ambiental. Um dos mais promissores destes resultados já conquistados com a Agenda Comum é o início da elaboração do Programa de Educação Ambiental do Estado de Pernambuco.

O Programa Estadual de Educação Ambiental é um passo fundamental para o aprimoramento das relações sociedade natureza. A sustentabilidade preconizada no Plano de Ação Global - Agenda 21, documento norteador produto da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, só será alcançada se esforços forem empreendidos para disseminar práticas bem sucedidas de atividades produtivas, mobilizadoras, sócioeducativas e de gestão para o desenvolvimento sustentável.

As estratégias adotadas para a construção da Agenda Comum de Educação Ambiental e para elaboração do Programa de Educação Ambiental do Estado de Pernambuco estão respaldadas em metodologias e dinâmicas participativas, de maneira a garantir a interdisciplinaridade, multisetorialidade e a transversalidade da educação ambiental. Para tanto, participam de todos os processos instituições governamentais, não-governamentais, universidades, empresas privadas, entre outros setores sociais.

Ao entender a preservação do meio ambiente como responsabilidade de todos, garantir-se-á o compromisso com a sustentabilidade do amanhã. Esta Agenda Comum constitui-se uma ação política pública, integrada à iniciativas de diferentes setores da sociedade: um exemplo bem sucedido empreendido pelo Estado de Pernambuco, que merece ser disseminado, de forma a atuar como efeito demonstrativo da exequibilidade de novos parâmetros e de novas estratégias do fazer da educação ambiental um instrumento na direção do desenvolvimento sustentável.

Alexandrina Sobreira de Moura

Secretária Adjunta de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente

APRESENTAÇÃO

A história da educação ambiental no Estado de Pernambuco traz exemplos significativos do esforço empreendido pelo poder público e sociedade civil, na consolidação de práticas interdisciplinares e multisetoriais relacionadas aos conflitos socioambientais e às potencialidades dos recursos naturais regionais. Apesar desse lastro conceitual e metodológico, Pernambuco necessita empreender esforços no sentido de dar maior amplitude a essas experiências, tornando-as convergentes e informando à sociedade em geral do que vem ocorrendo no Estado em relação à educação ambiental. Neste sentido, a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, junto com a Companhia Pernambucana de Meio Ambiente, responsáveis, respectivamente, pela formulação e execução da Política Estadual de Meio Ambiente, vêm coordenando o processo de construção da Agenda Comum de Educação Ambiental no Estado de Pernambuco.

A Agenda Comum constitui um processo integrado de educação ambiental, envolvendo organizações governamentais, não-governamentais, empresas privadas, universidades, centros de pesquisa, setor educacional, entre outros. A construção da Agenda Comum inclui a definição de metas, prioridades e interfaces a serem executadas, de forma integrada por estas instituições, visando maximizar esforços, otimizar os resultados, multiplicar práticas bem sucedidas e dar maior visibilidade às ações de educação ambiental que vêm sendo implantadas por diferentes instituições no Estado. Para construir este processo o desafio consiste, principalmente, na definição dos critérios para escolha dos projetos e atividades de educação ambiental prioritários para Pernambuco, de forma a possibilitar os caminhos para ações integradas a serem incluídas na pauta da Agenda Comum.

Ao trilhar esse caminho, estamos evitando ações pontuais, otimizando as convergências, minimizando desperdícios de recursos humanos e materiais, potencializando impactos sociais, além de estarmos garantindo a consolidação dos princípios e diretrizes da educação ambiental, voltados para a sustentabilidade tanto dos projetos, como também da sustentabilidade social, ecológica, cultural e de desenvolvimento regional.

Cabe destacar que, com a regulamentação da Lei 9795, de abril de 1999 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, é imperioso que os estados da federação, em seus diferentes fóruns e colegiados, aprofundem as discussões na direção da construção das políticas estaduais e seus respectivos programas de educação ambiental. Para que isto se torne viável, é necessário que diferentes organizações, em seus específicos espaços de atuação envolvendo setores sociais diversos, estabeleçam diretrizes compatíveis com a política nacional. O Programa Nacional de Educação Ambiental, coordenado pelo Ministério de Meio Ambiente estabelece as diretrizes e define como uma de suas linhas de ação o desenvolvimento de ações educativas que “contemplem um conjunto de ações destinadas a estimular e apoiar a participação dos diferentes segmentos sociais na formulação de Políticas para o Meio Ambiente, bem como na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio natural, social e cultural”. As linhas de ação definidas para o PRONEA são: a) educação ambiental através do ensino formal; b) educação no processo de gestão ambiental; c) realização de

campanhas de educação ambiental para usuários dos Recursos Naturais; d) cooperação com instituições que atuam nos Meios de Comunicação e com os Comunicadores Sociais; e) articulação e Integração das Comunidades; f) articulação Intra e Interinstitucional; g) criação de uma Rede de Centros Especializados em Educação Ambiental.

Baseados neste lastro conceitual, poderão ser definidos princípios, diretrizes e linhas de ação da política de educação ambiental do Estado de Pernambuco e, conseqüentemente, um programa estadual, pautado em bases construídas coletivamente e adequadas às realidades institucionais e locais.

Neste sentido, foram realizadas, no ano 2000, duas Oficinas de Planejamento em Educação e Gestão Ambiental da Agenda Comum de Educação do Estado de Pernambuco, em conjunto com a Câmara Técnica de Educação Ambiental do Consema, com a participação de instituições públicas, organizações (IEH, Aspan, SNE, Ecos) não-governamentais, universidades (FCAP/UPE, UFPE), Secretarias do Governo do Estado (SEE, SES, Sein, Sectma, Fidem, Seplandes) Fundação Joaquim Nabuco, Compesa, Senai Chesf, Cefet, Sebrae, Unicef, Prefeituras, Parque Dois Irmãos, Centro Josué de Castro, Instituto Brasil de Educação Ambiental. A participação de outras instituições interessadas é aberta, devendo, para tanto entrar em contato com a Gerência de Educação Ambiental da CPRH, ou qualquer instituição descrita acima.

Estas ações subsidiam o processo de construção, adequadas às dimensões dos conflitos socio-ambientais de Pernambuco, o Programa Estadual de Educação Ambiental já em processo de construção.

Os objetivos, a metodologia adotada, os produtos alcançados e os encaminhamentos finais dos encontros estão expostos neste documento. Este é o início de um processo que a CPRH e a Sectma pretendem fomentar e vem somar-se aos outros esforços empreendidos em Pernambuco para o aprimoramento, a evolução e a sustentabilidade das ações de educação ambiental. O Programa Estadual de Educação Ambiental para o Estado de Pernambuco deverá ser construído a partir da Agenda Comum, tendo como aporte conceitual e prático as experiências das instituições participantes.

Ana Lúcia Carneiro Leão
Gerente de Educação Ambiental da CPRH
Presidente da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho Estadual de Meio Ambiente

INTRODUÇÃO

DE ONDE PARTIMOS?

A Conferência de Tbilisi (Geórgia/ URSS- 1977) considerou o meio ambiente como: “o conjunto de sistemas naturais e sociais em que vivem os homens e os demais organismos e de onde obtém sua subsistência. Este conceito abarca os recursos, os produtos naturais e artificiais com os quais satisfazem suas necessidades humanas”. Assim sendo, o meio ambiente natural e o meio social são vinculados diretos e indiretamente, são indissociáveis, construídos historicos e culturalmente e estão em estreita e contínua reciprocidade. Tbilisi nos trouxe alguns princípios que a tornou o marco conceitual da educação ambiental; a interdisciplinaridade, o incentivo à consciência crítica sobre a realidade, orientação para solução de problemas concretos, a participação no planejamento e execução das ações, dos diversos segmentos sociais. A educação ambiental assume, a partir daí, um papel agregador na consolidação de Políticas Ambientais nos níveis público e privado.

O Artigo 225 do Capítulo VI da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, estabelece que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações “. Para tanto, estabelece no seu parágrafo 1º, inciso VI que, para garantir a efetividade deste direito, incube ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do Meio Ambiente. Nesta definição da Constituição Brasileira, apresenta-se o conceito de qualidade de vida, além dos aspectos sociais, econômicos, culturais salientados em Tbilisi. A Constituição Estadual, promulgada em 1989, estabelece no Cap. IV em seu Art. 209, “a educação ambiental a todos os níveis de ensino, de maneira integrada e multidisciplinar, inclusive a educação ambiental da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”.

Seara Filho, citado por Leão & Silva (1995), define o ambiente como “a totalidade do planeta e os elementos que o compõem: físicos, químicos, biológicos, tanto os naturais quanto os artificiais, tanto os orgânicos quanto os inorgânicos, nos distintos níveis de sua evolução, até o homem e suas formas de organização na sociedade, onde a rede de inter-relações existentes entre estes elementos se encontra em estreita dependência e influência recíprocas”. Para inserirmos nesta reflexão a dimensão da prática pedagógica que encerra os principais objetivos da educação ambiental, é interessante refletirmos sobre o conceito homem. “O HOMEM é um dos elementos do Ambiente, formado de partes: o biológico, o racional, o emocional, que estão em permanente integração e inter-relação entre si e com os outros elementos da natureza, nos diferentes níveis de sua evolução. Esta influência recíproca fez nascer o homem social, que ao incorporar todas estas dimensões alicerça a história da construção humana em estreita e contínua reciprocidade.” (Leão & Silva, 1995.) A síntese e complementaridade entre estes conceitos pode nos remeter aos desafios que caracterizam a educação ambiental, enquanto processo político, social e pedagógico de transformação.

A gravidade e a extensão dos problemas ambientais que afligem o mundo contemporâneo envolvem questões de ordem ecológica, política, econômica, cultural, ética e social, que exprimem profundos conflitos de interesses e que estão a exigir tomadas de decisões e rumos de desenvolvimento incompatíveis com a realidade presente. Diante desse quadro, e da necessidade do encontro de novos paradigmas, novos estilos de gestão ambiental, mudança de valores e atitudes individuais e coletivas, novas relações de poder, e novas práticas, surge a educação ambiental como sendo um dos principais meios para o alcance das mudanças necessárias. A educação ambiental, como prática pedagógica transformadora e de



leitura crítica da realidade, tem um papel importante na indução dessas mudanças.

As diretrizes e princípios da Educação Ambiental estabelecidos desde a Conferência de Tbilisi, os quais vêm evoluindo desde então, preconizam a relação homem-natureza e dos grupos sociais entre si, bem como a forma de apropriação dos recursos naturais por esses grupos, como sendo os fatores determinantes do estado atual dos recursos naturais e da qualidade da relação da sociedade humana com os outros elementos da natureza. A forma de apropriação da natureza pela sociedade humana se expressa culturalmente, socialmente, economicamente no processo produtivo, ao mesmo tempo em que é determinante é também determinada pelo conjunto das forças naturais. (Oliveira, 1998). É nesse contexto que buscaremos entender o meio ambiente como parte do processo da prática pedagógica da Educação Ambiental para a Agenda Comum de Educação Ambiental do Estado de Pernambuco.

De acordo com o conceito de educação ambiental, definido pela comissão interministerial na preparação do ECO -92, "A Educação Ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões socioeconômicas, política, cultural e histórica, não podendo se basear em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições e estágios de cada país, região e comunidade, sob uma perspectiva histórica. Assim sendo, a Educação Ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade, no presente e no futuro." (in Leão & Silva, 1995).

Um dos principais produtos da Conferência da RIO - 92 foi o Plano de Ação Global, conhecido como Agenda 21 Global. A Agenda 21 é um referencial para todos os atores que atuam nas questões ambientais e, em seu Artigo 36, estabelece a necessidade de que sejam implementadas ações educativas voltadas para as instituições educacionais e para todos os setores da sociedade. Estas diretrizes e estratégias de ações da Agenda 21 visam estimular a responsabilidade compartilhada e o compromisso de todos para a melhoria da qualidade de vida no planeta.

Em 1996, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental, que teve por objetivo criar um espaço para reflexão sobre práticas de educação ambiental no Brasil. As grandes áreas temáticas da Conferência foram:

Educação Ambiental e as Vertentes do Desenvolvimento Sustentável - *Agenda 21 e a Educação Ambiental Não-Formal*;

Educação Ambiental Formal - *Metodologias e Capacitação*;

Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental – *Educação Ambiental no Setor Produtivo e Educação Ambiental na Participação Popular e Cidadania*;

Educação Ambiental e as Políticas Públicas - *PRONEA, Políticas Urbanas, Recursos Hídricos, Agricultura, Ciência e Tecnologia*;

Educação Ambiental Ética e Formação da Cidadania: *Educação, Comunicação e Informação da Sociedade*.

Durante os processos e dinâmicas de grupo para a construção da Agenda Comum procurou-se adequar os conteúdos a estas grandes linhas. Além desses documentos já citados, tivemos como referência o texto da Lei da Política Nacional de Educação Ambiental e o respectivo decreto que regulamenta a referida Lei N° 9795, de Abril de 1999.

Esses aportes conceituais, filosóficos que norteiam e definem os caminhos metodológicos e as tendências do exercício da Educação Ambiental foram e continuarão a ser perseguidos pelas instituições que estão construindo a Agenda Comum de Educação Ambiental de Pernambuco.



OFICINAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL

I - PAINEL DE REFLEXÕES COLETIVAS EM PLENÁRIA

I.1 - PONTOS DESTACADOS:



- *INCORPORAÇÃO DA DIMENSÃO SOCIAL NO REFERENCIAL AMBIENTAL;*
- *A IMPORTÂNCIA DAS LUTAS SOCIAIS PARA A INCORPORAÇÃO DO CONTEÚDO POLÍTICO AO AMBIENTAL;*
- *A PONTE ENTRE O IDEÁRIO ECOLÓGICO E O DA LUTA DE CLASSE (AMBIENTE - MEIOS DE PRODUÇÃO);*
- *LUTA ECOLÓGICA = LUTA CIDADÃ- NOS EMBA TES - O BIOS E O PÓLIS (PESOS DIFERENCIADOS);*
- *FORÇA GERADORA DO EMBA TE EVIDENCIADO ENTRE BIOS POLIS;*
- *FORÇA AGREGADORA - COMUNIDADE DE RISCOS COMPARTILHADOS;*
- *REFORÇAR O MECANISMO DESINTEGRAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL (INTERESSES PRIVADOS);*
- *ATUALIZAÇÃO DOS VALORES EMANCIPATÓRIOS - BUSCA DE UMA NOVA SOCIEDADE.*

I.2 - DESAFIOS E DILEMAS POLÍTICOS DAS LUTAS E MOVIMENTOS AMBIENTAIS

- *LEGITIMIDADE DA QUESTÃO AMBIENTAL;*
- *AMBIENTALIZAÇÃO DA SOCIEDADE;*
- *ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS À CAPACIDADE DOS ECOSISTEMAS;*
- *HETEROGENEIDADE AMBIENTAL;*
- *CONFLITOS ENTRE INTERESSES PÚBLICOS E PRIVADOS;*
- *FRACA DEFINIÇÃO IDEOLÓGICA;*
- *PROBLEMÁTICA AMBIENTAL É DENUNCIADORA DOS RISCOS AMBIENTAIS, PORÉM PODE ATUAR COMO FORÇA AGREGADORA;*
- *LUTAS POR CIDADANIA;*
- *POR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL.*

GESTÃO AMBIENTAL

“A GESTÃO AMBIENTAL É UM PROCESSO DE MEDIAÇÃO DE INTERESSES E CONFLITOS ENTRE ATORES SOCIAIS QUE AGEM SOBRE OS MEIOS FÍSICO-NATURAL E CONSTRUÍDO. ESTE PROCESSO DE MEDIAÇÃO DEFINE E REDEFINE, CONTINUAMENTE, O MODO COMO OS DIFERENTES ATORES SOCIAIS, ATRAVÉS DE SUAS PRÁTICAS, ALTERAM A QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE E TAMBÉM COMO SE DISTRIBUEM OS CUSTOS E OS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA AÇÃO DESTES AGENTES”. CONSÓRCIO PRICE-WATERHOUSE-GEOTÉCNICA



2 - PRINCÍPIOS NORTEADORES:

- *COMPREENSÃO DOS PROCESSOS ECOLÓGICOS;*
- *CAPACIDADE DE SUPORTE DOS RECURSOS NA NATUREZA;*
- *CONCEITO DE MEIO AMBIENTE;*
- *MULTIPLICIDADE - MÚLTIPLOS OLHARES - ATORES;*
- *INTERMEDIAÇÃO DE CONFLITOS - PAPEL DOS ATORES - CORRELAÇÃO DE FORÇAS.*

3 - ASPECTOS GERENCIAIS DA AGENDA COMUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

3.1 - CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS PROJETOS A SEREM INCLUÍDOS NA AGENDA COMUM

- *INOVAÇÃO DOS PROJETOS;*
- *APORTE FINANCEIRO DOS PROJETOS;*
- *CAPACIDADE DE ESTABELECE PARCERIAS*;*
- *MULTISETORIALIDADE INTERDISCIPLINARIDADE;*
- *RELEVÂNCIA PARA O CONTEXTO REGIONAL;*
- *ESTAR COADUNADO COM OS PRINCÍPIOS DA AGENDA 21*;*

- CAPACIDADE DE FORMAR REEDITORES;
- IMPACTO SOCIAL;
- INTERFACE COM A POLÍTICA NACIONAL DE E. A.;
- POTENCIAL DE ALOCAR E CAPTAR RECURSOS *;
- PROJETO AVALIADO E APOIADO PELA SECTMA;
- ELEIÇÃO DOS PROJETOS POR INSTITUIÇÃO SEGUNDO OS CRITÉRIOS;
- GERENCIAMENTO: CRIAÇÃO DE UM GRUPO GESTOR, PRIORIZAR O PROJETO A SER ESCOLHIDO PARA PARTICIPAÇÃO NA AGENDA COMUM;
- CAMINHO DO PROJETO - GRUPO GESTOR - AVALIAR PROJETOS, PRIORIZAR, APOIAR NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS;
- CPRH/SECTMA - ARTICULAÇÃO E FOMENTO PARA A VIABILIZAÇÃO DOS PROJETOS;
- OPERACIONALIZAÇÃO - CRONOGRAMA - PROJETO - CALENDÁRIO E AGENDA.

© CRITÉRIOS ESCOLHIDOS PELOS PARTICIPANTES COMO NORTEADORES E PRIORITÁRIOS PARA A AGENDA COMUM
PRESSUPOSTO – CAPACIDADE DE EXECUÇÃO NO PERÍODO DE 1 ANO

3.2 - ASPECTOS OPERACIONAIS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS.

- REFLEXÃO SOBRE METODOLOGIAS;
- PARTICIPAÇÃO EFETIVA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS, NO SENTIDO DE MULTIPLICAR AS EXPERIÊNCIAS EM DESENVOLVIMENTO, MAS, AINDA NÃO INCLUÍDAS, PARA QUE POSSAM PARTICIPAR ATENDENDO OS CRITÉRIOS DA AGENDA;
- INTEGRAÇÃO - CUIDADO COM AS CONTRADIÇÕES ENTRE DISCURSO E PRÁTICA;
- BUSCAR MECANISMOS PARA GARANTIR O COMPROMISSO EFETIVO DOS DECISÓRES INSTITUCIONAIS;
- DESCONTINUIDADE DOS REPRESENTANTES.

A metodologia adotada durante todo o desenvolvimento das Oficinas contou com técnicas de planejamento participativo e dinâmicas de grupo que visavam, tanto a integração como também a intermediação de conflitos, negociações, o compartilhar de idéias, sentimentos, troca de experiências e de percepções. A razão, a afetividade, a ação, e as emoções foram trabalhadas de maneira integrada e permanente. Essas dinâmicas de grupo foram os alicerces e os elementos que alimentaram a construção coletiva do planejamento, das matrizes e painéis da Agenda Comum de Educação Ambiental do Estado de Pernambuco.



3.3 - PAINEL DAS LINHAS DE AÇÃO DA AGENDA COMUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PERNAMBUCO

- A. EDUCAÇÃO AMBIENTAL SANEAMENTO E SAÚDE;
- B. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL;
- C. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO;
- D. EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA;
- E. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMUNICAÇÃO E ARTE;
- F. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS;
- G. ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

4 - OBJETIVOS DA AGENDA COMUM

- Oportunizar a reflexão em bases interinstitucionais e coletivas sobre a prática e os marcos conceituais da educação ambiental no estado de Pernambuco.
- Definir de forma integrada as linhas de ação da Educação Ambiental do Estado de Pernambuco.
- Elaborar um Plano de Ação Integrado de Educação Ambiental para as diferentes regiões do Estado.
- Dar início ao processo de discussão sobre a Política Estadual de Educação Ambiental e respectivo Programa Estadual de Educação Ambiental.
- Definir mecanismos de avaliação e monitoramento continuados de projetos e atividades de educação ambiental desenvolvidos pela Agenda Comum.
- Maximizar esforços e otimizar os resultados da prática da educação ambiental.
- Multiplicar práticas bem sucedidas e dar maior visibilidade às ações de educação ambiental implantadas por diferentes instituições no Estado.
- Estimular a criação de condições para a participação dos diferentes segmentos sociais na formulação de conceitos e práticas socio-ambientais sustentáveis.
- Estimular a formação de reeditores sociais através de processos que fortaleçam a aquisição e o exercício da cidadania.
- Promover o conhecimento dos problemas socio-ambientais locais e regionais, suas causas, conseqüências e desdobramentos para a diminuição da qualidade de vida das populações.
- Capacitar diferentes públicos para garantir a participação da população no planejamento, execução, avaliação e monitoramento das atividades a serem implantadas.
- Identificar alternativas para minimização dos problemas e conflitos socio-ambientais.
- Realizar eventos e campanhas de educação ambiental e mobilização social.



5 - CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

A concepção metodológica da Agenda Comum está coadunada com as abordagens metodológicas e conceituais da Educação Ambiental. A metodologia participativa e a prática pedagógica dialógica, crítica e construtivista pautadas no contexto histórico, social, econômico, cultural e natural do meio ambiente, são os alicerces que norteiam o processo de elaboração dessa Agenda Comum.

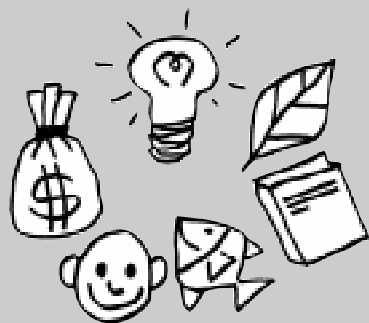
As estratégias metodológicas que irão caracterizar os projetos componentes da Agenda Comum de Educação Ambiental serão exercidas a partir de práticas políticas e de constituição de direitos e deveres que:

1. Fortaleçam os espaços de organização e socialização.
2. Assegurem a descentralização das informações e do poder.
3. Crie formas de articulação entre comunidade, poder público, sociedade civil e setor produtivo privado.
4. Otimizem e fortaleçam mecanismos que facilitem a participação de vários setores sociais, em diferentes níveis do processo de gestão e de tomada de decisões.
5. Estabeleçam um processo educativo permanente exercitando as habilidades de reflexão crítica, negociação, análise de conflitos, construção de consenso visando identificar interesses em comum.
6. Capacitem as populações envolvidas na manutenção e conservação da qualidade de vida social e ambiental, através de atividades criativas, lúdicas e artísticas.
7. Estimulem atitudes e práticas pró-ativas e propositivas.

A construção de pactos e consensos - necessários quando se analisa e se interpreta interesses em conflito, diversidade de perspectivas e olhares interdisciplinares e multisetoriais - só é garantida com a promoção do diálogo entre os diferentes sujeitos do processo educativo, social, organizativo e estruturador. Defende-se a ação educativa problematizadora, participativa, como método, visando desenvolver atitudes críticas, operativas e para o trabalho coletivo. Esse processo de mudança individual e coletivo será o gerador de uma nova visão de mundo onde cada um e o todo estarão inseridos em suas realidade, com práticas e posturas críticas que favoreçam o advento de decisões transformadoras e estruturais.

Os métodos adotados pelos projetos de Educação Ambiental da Agenda Comum devem, assim, considerar a participação das diversas organizações sociais instituídas em todas as etapas, possibilitando a socialização de informações e idéias que possam ser discutidas e defendidas no coletivo, propiciando o enriquecimento e efetivação das propostas para soluções e minimização de conflitos e problemas sócioambientais.

Os resultados a serem conquistados serão, assim, frutos da construção e responsabilidade coletiva. A sustentabilidade da Agenda Comum está diretamente vinculada e dependente do processo de organização das populações envolvidas e, a partir desta organização, garantir a participação ativa, criativa e propositiva dos diferentes segmentos da comunidade em todas as etapas dos projetos. A estratégia a ser adotada no processo de organização da população será a garantia do alcance dos objetivos desta Agenda Comum.



6 - FUTUROS PASSOS

O processo de construção da Agenda Comum de Educação Ambiental de Pernambuco tem a perspectiva de contribuir para a efetivação de práticas integradas e sistêmicas de educação ambiental, coadunadas e coerentes com as diretrizes internacionais e nacionais de educação ambiental. Esse caminho é processual, dialético e dialógico, portanto, exige olhares permanentes e vigilantes para que os objetivos e resultados esperados não sejam esquecidos. As mudanças podem e deverão ocorrer, os objetivos podem ser alterados, adaptados às realidades e peculiaridades locais e circunstanciais. Os compromissos e responsabilidades assumidos por todas as instituições serão os alicerces de sua concretude ao mesmo tempo em que as ações, ao realizarem-se, serão o alimento para o seu engrandecimento.

Como estratégia para aprimorar as práticas e referências conceituais, estabelecemos a meta de realizar a II Oficina de Capacitação e Planejamento em Educação e Gestão Ambiental. Essa segunda Oficina realizou-se em Aldeia-Novembro 2000, com a colaboração especial do Dr. Elísio Márcio de Oliveira, coordenador da Divisão de Educação Ambiental do Ibama - Brasília. Na direção de consolidarmos a sustentabilidade desejada, sustentabilidade no fazer, no pensar, no refletir e no multiplicar a educação ambiental em Pernambuco, foi criada e eleita a Unidade Gestora da Agenda Comum.

A CPRH foi escolhida pelos participantes para ser eleita Hors Concour em função da mesma ter sido a instituição indutora e autora do projeto da Agenda Comum. As seguintes instituições se inscreveram para o processo de discussão e eleição dos componentes da Unidade Gestora. As outras instituições participantes que não se inscreveram participaram de todo o processo da eleição, no entanto não manifestaram interesse em compor a coordenação da Agenda/Unidade Gestora. As instituições eleitas para composição da UNIDADE GESTORA DA AGENDA COMUM foram: CPRH, Instituto de Ecologia Humana (IEH), Faculdade de Administração da Universidade de Pernambuco (FCAP), Ibama-PE, Fundação Joaquim Nabuco (FJN), Sectma, UFPE (Depto. de Geografia e de Zoologia).

Para o Plano de Trabalho de 2001, avanços já foram consolidados. A Agenda Comum de Educação Ambiental do Estado de Pernambuco passa a fazer parte das ações da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Consema. O conjunto de instituições participante encontra-se no momento discutindo as estratégias metodológicas para construção do Programa Estadual de Educação Ambiental, visando ampliar os espaços participativos para instituições que atuem em dife-



rentes regiões do Estado de Pernambuco, visto que as organizações participantes encontram-se com suas sedes baseadas, em sua maioria, na Região Metropolitana do Recife, apesar de muitas destas desenvolverem seus projetos de educação ambiental também no Agreste, Sertão e Zona da Mata, a exemplo da CPRH, Ibama, Centro Josué de Castro, FJN, FFPNM, SEE, SES, Compesa, SRH, SNE, Cefet, Sebrae, Senai e Unicef.

Espera-se, a partir do ano 2001 que as diretrizes, linhas de ação e concepção metodológica de educação ambiental da Agenda Comum se tornem cada vez mais parte do cotidiano de várias instituições públicas, privadas, governamentais e não-governamentais, do setor produtivo, do comércio ou do setor educacional e de serviços. Ampliar a quantidade e qualidade das instituições participantes da Agenda Comum é a nossa meta.

Essas iniciativas se inserem em uma nova abordagem que o poder público em parceria com todos os atores sociais vêm implementando e que têm como garantia de sustentação os sujeitos desse processo, suas idéias, olhares, saberes e diferentes e reais desejos de fazer acontecer o tão almejado desenvolvimento com sustentabilidade.

A expectativa reside também na certeza de poder, com esse processo, estar contribuindo para que a construção do Programa Estadual de Educação Ambiental se efetive em bases reais e com a participação das instituições que consolidaram a história da educação ambiental em Pernambuco.

Fazer incorporar às práticas sociais e institucionais as preocupações emergentes da temática ambiental, de modo a construir soluções para problemas ambientais, em contexto culturais e influenciar projetos e programas futuros. Tendo clareza de que a Gestão Ambiental busca se acomodar em um cenário de embates de interesses públicos e privados, portanto de conflitos, pretende-se com esta proposta da Agenda Comum compartilhar com as instituições parceiras atividades de forma cooperativa, possibilitando integrar Programas e Projetos Institucionais voltados para os interesses sociais, enquanto referência para um Programa Estadual de Educação Ambiental para o Estado de Pernambuco.



7 - PRIORIZAÇÃO DOS PROJETOS PARA A AGENDA COMUM - 1ª PAUTA 2001

LINHAS DE AÇÃO	INSTITUIÇÕES	PROJETOS/ATIVIDADES	ATORES	ÁREAS DE ATUAÇÃO	RECURSOS	INTERFACE
C-D-E-F	CPRH	FAZENDO EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	COMUNIDADE VISITANTE/EMPRESÁRIO, SOCIEDADE CIVIL, SETOR EDUCACIONAL E ASSOCIAÇÕES.	APA DE GUADALUPE	FEMA	IEH/IBAMA/SEBRAE/ASPAN
G-F	CPRH	CAPACITAÇÃO EM RECURSOS HUMANOS	DIVERSIFICADO	RMR	CPRH	CEFET/FCAP/SENAI/IEH
C-D-E-F	CPRH	FAZENDO EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM EMPRESAS	EMPRESAS, DIRETORES, FUNCIONÁRIOS, COMUNIDADE DO ENTORNO.	RMR	GTZ/CPRH	SENAI/FCAP/CEFET
B-C-D-E	IBAMA	E A EM ÁREAS DE RESERVAS EXTRATIVISTAS	PREFEITURAS - GESTORES DAS APAS PESCADORES	LITORAL SUL	NEA/CNPT	UFPE/SNE/CPRH/IEH/SEBRAE/ESPAÇO CIÊNCIA E ASPAN
C-D-F-G	SECTMA	PLANO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS PEQUENOS AGRICULTORES/PRODUTORES, PROFESSORES DE ESCOLAS AGROTÉCNICA, TÉCNICOS DA PREFEITURA.	ZONA DA MATA, AGRESTE, SERTÃO E RMR.	TESOURO (PPA) TAXA DE REPOSIÇÃO	SRH, IBAMA, UFPR, IEH, SEBRAE, SECRETARIA DE SAÚDE E CEFET/PE
D-E-F	PARQUE DE DOIS IRMÃOS	E A NO PARQUE DE DOIS IRMÃOS	PROFESSORES, ESTUDANTES, VISITANTES, COMUNIDADE DO ENTORNO DA MATA.	PARQUE DOIS IRMÃOS E ENTORNO DA MATA	PRÓPRIO	CPRH, SECTMA, SEBRAE E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A-B-D-F	CHESF	EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ÁREAS DOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO DE ITAPARICA	AGRICULTORES, EMPRESÁRIOS, COMUNIDADE, PROFESSORES, ESTUDANTES.	ITAPARICA, BRÍGIDA, FUGÊNCIO, ANTÔNIO SALES E BORDA DO LAGO.	CHESF	SEC. DE SAÚDE, SEC. DE EDUCAÇÃO, SEBRAE E CPRH
A-B-C-E-F-G	CEFET/PE	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEFET	COMUNIDADE, PROFESSORES, ESTUDANTES, EMPRESÁRIOS.	RMR, MUNICÍPIOS.	PRÓPRIO, EMPRESAS CONVENIADAS.	
A-C-D-F	CEFET/PE	PROJETO DE REVITALIZAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL DA ZONA RURAL DE OLINDA	PRODUTORES E AGRICULTORES DA ZONA RURAL DE OLINDA	ZONA RURAL DE OLINDA	BANCO DO NORDESTE E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	
A-C-D-G	CEFET/PE	MANEJO E CONTROLE DE MANANCIAS COM VISTAS AO USO DE AGROTÓXICOS, FERTILIZANTES E CONTEÚDO DE SAIS.	PREFEITURAS, AGRICULTORES, TÉCNICOS AGRÍCOLAS.	TODO ESTADO DE PERNAMBUCO	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE	SRH, SEC. DE SAÚDE E CHESF E SEIN/COMPESA AMBIENTE
B-C-G-F	F C A P / I N S T . B R A S I L D E A .	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM E A COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO	TÉCNICOS DAS PREFEITURAS, PROFESSORES AMBIENTALISTAS.		PRÓPRIO	SEE, CPRH, FPPNM/ UPE, CEFET, FIDEM, SENIA, SEBRAE, FJN
F-B	F C A P / I B E A	FÓRUM DE GESTÃO AMBIENTAL	GESTORES EMPRESÁRIOS, TÉCNICOS DA ÁREA AMBIENTAL, PROFESSORES E ALUNOS DA FCAP E ESCOLA DO RECIFE.	RMR	PRÓPRIO	SENAI, SEE, SEBRAE, FIDEM, CEFET, SECTMA, CPRH, FIDEM E IBAMA

LINHAS DE AÇÃO	INSTI-TUIÇÕES	PROJETOS/ATIVIDADES	ATORES	ÁREAS DE ATUAÇÃO	RECURSOS	INTERFACE
A-B-C-D-E-F-	PMO	PROJETO MEIO AMBIENTE E CIDADANIA	COMUNIDADE DE OLINDA, CATADOR, CRIANÇA, JOVEM E PROFESSORES.	OLINDA	UNICEF	SEC. SAÚDE, CPRH, SECTMA, UNICEF, IBAMA, SNE, SEE, SEBRAE E ASPAN
C-D-G	SEBRAE	PROJETO PARA IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS AMBIENTAIS E DIAGNÓSTICOS AMBIENTAIS	PREFEITRAS, COMUNIDADES RURAIS E PESCADORES.	REGIÃO DO ARARIPE, REGIÕES DO AGRESTE E LITORAL N E SUL.	SEBRAE (PRODER, TECNOLOGIA, PATME).	SEBRAE, FIEPE, SNE, IBAMA, CPRH
C-D-F-A-	SEBRAE	PROJETO DE CURSOS SOBRE COLETA E RECICLAGEM DE LIXO	PREFEITURAS, COMUNIDADES, ESCOLAS AGROTÉCNICAS, ONG's.	REGIÃO DA MATA, AGRESTE E SERTÃO.	SEBRAE (PRODER, TECNOLOGIA E PATME).	SEBRAE, FIEPE, UNICEF, FAT, IEH, SNE, E SEC. DE EDUCAÇÃO
F-B-D-E	IEH	PROJETO DE CAPACITAÇÃO EM E A PARA EDUCADORES	EDUCADORES, AGENTES AMBIENTAIS, TÉCNICOS, LÍDERES DE ORG. CIVIL E GESTORES	ESTADO DE PE		CPRH, SECTMA, SEBRAE, UNICEF, SEC. EDUCAÇÃO FUNDAJ E IBAMA
A-D-E	S E I N / COMPESA	E A COMUNIDADE PRÓXIMA AO AÇUDE JANGADINHA	DIVERSOS SETORES DA SOCIEDADE	RMR		SES, CPRH
A-D-E	S E I N / COMPESA	EDUC. SANITÁRIA AMBIENTAL LOCALIDADE DE RIO FORMOSO	DIVERSOS SETORES DA SOCIEDADE	MATA SUL		CEFET, SES, IBAMA, CPRH, SEBRAE
B-F-C	SENAI	E A/ GESTÃO AMBIENTAL	EMPRESAS, ESCOLAS, INSTITUIÇÃO PÚBLICA E PRIVADA.	TODO ESTADO DE PERNAMBUCO	PRÓPRIO PATME (SEBRAE), EMPRESAS	FCAP, CEFET, SEBRAE, CPRH E UFPE E IBAMA
B-A-F-G	UFPE	PROJETO ETNOCOLOGIA, ECOTURISMO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.	POPULAÇÃO CAIÇARA, COMUNIDADES INDÍGENAS, COMUNIDADES DE ÁREAS PROTEGIDAS E DE RESQUÍCIOS DE QUILOMBOS.	LITORAL E MATA, AGRESTE E SERTÃO.	MEC CNPT IBAMA	CPRH, IBAMA, FUNDAJ, SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNAI
F	SRH	CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	LIDERANÇAS E REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÕES DE USUÁRIOS DE AÇUDE, AGRICULTORES E IRRIGANTES.	SEMI-ÁRIDO DE PE: PARNAMIRIM, SANTA MARIA DA BOA VISTA, SERRA TALHADA E TERRA NOVA	GEF SRH PNUMA OEA	SRH/CONAPE
B-F	FFPNM/ UPE	II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM E A PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	PROFESSORES E OUTROS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO	RMR MATA NORTE E ÁREAS PRÓXIMAS	PRÓPRIOS	SECTMA, SEBRAE, CPRH, IBAMA, CEFET, FJN E SEE
C-D-F-G	FFPNM/ UPE	E A NAS COMUNIDADES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA REDE PETROBRÁS EM SUAPE – PE (PESQUISA)	PROFISSIONAIS DA EMPRESA PETROBRÁS SISTEMA SUAPE E COMUNIDADE A ELE RELACIONADA	LITORAL SUL COMPLEXO SUAPE	FINEP	UFPE FJN
C-E-G	FUNDAJ	AÇÕES DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	PROFESSORES, TÉCNICOS E AGRICULTORES	SETE MUNICÍPIOS NO SERTÃO	SECTMA	SECTMA CPRH
B-C-D-F-G	FUNDAJ	PROJETO ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	PROFESSORES, TÉCNICOS E AGRICULTORES	SERTÃO DO MOXOTÓ	IDRC CPRM	UFPE / CPRM SRH

**DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

INSTITUIÇÕES	PROJETO	MACRO/ATIVIDADE	PERÍODO												
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CPRH	EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DA APA DE GUADALUPE	MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE: VISITAS, REUNIÕES, PALESTRAS E PORTA A PORTA.	X	X	X	X									
		CAPACITAÇÃO: AGENDA COMUM, TÉCNICO DA PREFEITURA/ACS, SOCIEDADE CIVIL, CLUBES ECOLÓGICOS GARIS MARÍTIMOS EST. CATADORES/TÉC. DE LIMPEZA URBANA E GARIS	X	X	X	X									
		EVENTO DE ARTE E E. A: PORTA A PORTA, CAMINHADA NA PRAIA, TEATRO NA RUA/CORTEJO, VÍDEO NA RUA, CONCURSO ESCULTURA/SUCATA, GINCANA DO LIVRO – PAINEL.	X	X	X	X									
		PRODUÇÃO DE MATERIAL AUDIOVISUAL: FOLDER, VÍDEO FICÇÃO, VÍDEO DOCUMENTÁRIO, EDITORAÇÃO DOCUMENTO E AGENDA COMUM.	X	X	X	X									
	FAZENDO EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM EMPRESAS	CAPACITAÇÃO: SEMINÁRIOS, CURSOS/OFICINAS E PALESTRAS.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		PRODUÇÃO DE MATERIAL: “FAZENDO EDUCAÇÃO E VIVENDO A GESTÃO AMBIENTAL”.				X									
	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	CURSO BÁSICO DE EDUCAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL				X						X			
	ELABORAÇÃO DE MATERIAL			X							X				

8 - PAINEL DO CRONOGRAMA DAS MACRO ATIVIDADES

INSTITUIÇÕES	PROJETO	MACRO/ATIVIDADE	PERÍODO											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
IBAMA	E. A. EM ÁREAS DE RESERVAS ESTRATIVISTAS	DIAGNÓSTICO SÓCIO AMBIENTAL		X	X	X	X							
		MOBILIZAÇÃO/ ORGAIZAÇÃO COMUNIDADE			X	X	X							
		SEMINÁRIO PROPOSTA RESEX MATA SUL						X						
		CAPACITAÇÃO							X	X	X			
		AVALIAÇÃO										X	X	
SECTMA	PLANO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	REALIZAR LEVANTAMENTO DE DADOS PARA SELECIONAR O PÚBLICO ALVO			X	X								
		REALIZAR REUNIÕES SETORIAIS					X	X						
		PRODUZIR MATERIAL DE COMUNICAÇÃO				X	X							
		REALIZAR CAPACITAÇÕES							X	X	X			
		PROMOVER A ORGANIZAÇÃO DOS SEGMENTOS ENVOLVIDOS								X	X	X		
P A R Q U E DOIS IRMÃOS	E.A. NO PARQUE DOIS IRMÃOS	CAPACITAÇÃO (C/ PARCERIAS)			X		X				X		X	
		RECUPERAÇÃO DA ÁREA FÍSICA	X			X		X	X			X		
IEH	PROMOVENDO CO-EDUCAÇÃO PARA EDUCADORES AMBIENTAIS	PLANEJAMENTO	X	X										
		CAPTAÇÃO DE RECURSOS			X	X	X							
		EXECUÇÃO: PRODUÇÃO DE MATERIAL EDUCATIVO INSTRUCIONAL			X	X	X							
		SENSIBILIZAÇÃO			X		X	X	X	X				
		CURSOS					X	X	X	X		X		

INSTITUIÇÕES	PROJETO	MACRO/ATIVIDADE	PERÍODO													
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
CEFET	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	OFICINAS							X		X		X			
		PAINÉIS INTERATIVOS									X			X		
		GRUPO DE REFLEXÃO		X		X		X			X		X			
		AVALIAÇÃO FINAL												X		
		SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS													X	
		FÓRUNS INTRAINSTITUCIONAIS PARA DIFUSÃO DA IMPORTÂNCIA DA E A – MOBILIZAÇÃO INTERNA				X						X				
		FÓRUNS INTERINSTITUCIONAIS COM PARCEIROS PARA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS														
CEFET	REVITALIZAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL DA ZONA RURAL DE OLINDA	CAPACITAÇÕES EM E.A. : OFICINAS, CARTILHAS E EVENTOS.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
		APRESENTAÇÃO A COMUNIDADE DAS PROPOSTAS PARA A REVITALIZAÇÃO DA ZONA RURAL			X											
SRH	MANEJO E CONTROLE DE MANANCIAS COM VISTA AO USO DE AGROTÓXICOS, FERTILIZANTES E SALINIDADE.	CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA VIABILIZAÇÃO DO PROJETO				X	X	X	X	X	X	X				
		AVALIAR AS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DOS MANANCIAS DAS ÁREAS EM ESTUDO										X	X			
		CAPTAÇÃO DE RECURSOS E PARCERIAS											X	X	X	
		CAPACITAÇÕES														
SRH	CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	IMPLANTAÇÃO DE CONSELHOS DE USUÁRIOS														
		ELABORAÇÃO DE CADASTRO DE USUÁRIOS														
		CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS				X										

INSTITUIÇÕES	PROJETO	MACRO/ATIVIDADE	PERÍODO													
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
SENAI	E. A. / GESTÃO AMBIENTAL	GESTÃO PARTICIPAÇÃO/ ASSOCIATIVISMO														
		CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO														
		REUNIÃO INTERNA COM DIREÇÃO DO SENAI				X										
		REUNIÃO COM OS PARCEIROS (VIABILIDADE)				X										
		LEVANTAMENTO INTERNO DE VERIFICAÇÃO DE ATIVIDADES REALIZADAS/ PREVISTAS				X										
		REALIZAR DIAGNÓSTICO POR SETORES INDUSTRIAIS / COMUNIDADES. PUBLICAS E PRIVADAS CO PARCEIROS				X	X									
UFPE	ETNOECOLOGIA	REALIZAR PLANO DE ATENDIMENTO COM BASE NO DIAGNÓSTICO				X	X									
		REALIZAR SEMINÁRIOS PARA A AGENDA COMUM				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
		REINTRODUÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS E CURATIVAS					X									
UFPE	ECOTURISMO	CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DAS ÁREAS INDÍGENAS, ATIKUN, KAMBIWÁ, KAPINAWÁ.		X	X	X	X	X								
		APICULTURA E PSICULTURA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS										X				
		CURSO DE ECOTURISMO	X													
		ECOTURISMO EM RESERVAS INDÍGENAS										X				
		CURSO DE ECOTURISMO PARA GUIAS DE TURISMO E CONDUTORES DE TRILHA – APA DE GUADALUPE				X										

INSTITUIÇÕES	PROJETO	MACRO/ATIVIDADE	PERÍODO											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SEBRAE	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	SEMINÁRIO E. A. NO ENSINO SUPERIOR				X								
		E. A. NAS COMUNIDADES INDÍGENAS DE KAMBIWÁ E FUNIÔ									X			
		CURSO DE E. A. PARA PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO E FUNDAMENTAL												X
		ESPECIALIZAÇÃO EM E. A.								X				
FCAP/UPE/IBEA	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO	DIAGNÓSTICOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS AMBIENTAIS NO ESTADO		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		DESENVOLVIMENTO X GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		PLANEJAMENTO	X	X										
		DIVULGAÇÃO	X	X										
		PROCESSO DE SELEÇÃO	X											
		DESENVOLVIMENTO DAS DISCIPLINAS			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		SEMINÁRIOS												
		ORIENTAÇÃO DAS MONOGRAFIAS												
		FÓRUM DE GESTÃO AMBIENTAL	PLANEJAMENTO											
	ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL													
	REALIZAÇÃO DO FÓRUM													
	MONITORAMENTO		X		X		X		X		X		X	

INSTITUIÇÕES	PROJETO	MACRO/ATIVIDADE	PERÍODO												
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
SEIN/ COMPESA	E. A. COMUNIDADE PRÓXIMA AO AÇUDE JANGADINHA	SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO JUNTO À COMUNIDADE	X	X	X	X	X	X							
	EDUC SANITÁRIA AMBIENTAL PARA LOCALIDADE DO RIO FORMOSO	REUNIÕES E MOBILIZAÇÃO COM OS ATORES	X	X	X	X	X	X							
FJN	AÇÕES DE COMBATE A DESERTIFICAÇÃO	ELABORAÇÃO DE TEXTOS	X												
		CRIAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA PROFESSORES E AGRICULTORES	X	X											
	PROJETO ÁGUAS SUB TERRÂNEAS	DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO + SENSIBILIZAÇÃO		X	X	X									
		ELABORAÇÃO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO			X	X									
FFPNM/UPE	II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM E A PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO				X	X								
		REALIZAÇÃO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO					X	X	X			X	X		
		PROCESSO DE SELEÇÃO	X	X											
	PESQUISA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS COMUNIDADES DA ÁREA DE INFLUENCIA DA REDE PETROBRÁS EM SUAPE - PE	REALIZAÇÃO DO CURSO			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	X	X											
		EVENTOS: SEMANA DO MEIO AMBIENTE E OUTROS								X			X		
	PESQUISA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS COMUNIDADES DA ÁREA DE INFLUENCIA DA REDE PETROBRÁS EM SUAPE - PE	FORMATAÇÃO E LEVANTAMENTO DE DADOS PRIMÁRIOS			X	X	X								
		LEVANTAMENTO E COLETA DE DADOS SECUNDÁRIOS								X	X	X	X		
		AVALIAÇÃO DOS DADOS COLETADOS										X	X	X	

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 Brasileira: Pernambuco Debate. Recife: Sectma, 2000.(Mimeografado)

BRASIL. Lei N° 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 Abril 1999. Seção I p.01

DIAS, Genebaldo Freire. **Atividades Interdisciplinares de educação ambiental**. São Paulo: Gaia, 1994.

LEÃO, A. L. Carneiro; SILVA, L. M. Alves. **Fazendo educação ambiental**. Recife: CPRH, 1995.

OLIVEIRA, E. Márcio de. **Educação Ambiental**: uma possível abordagem. Brasília: IBAMA, 1998. (Série Estudos Educação Ambiental n° 1).

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Questões da Nossa Época)